

CONCURSOS

XXXIV CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA PREAMBULAR

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Preencha, apenas, a parte picotada da folha de respostas, em anexo.
2. Não olhe para os lados e nem pergunte nada. Após as instruções, fornecidas no início, nada será respondido.
3. Responda, preenchendo as grades, sem rasurar. A primeira grade refere-se às questões de Português e a segunda, às questões de Conhecimentos Gerais de Direito.
4. Não deixe de assinar a lista de presença.
5. Quando do término da prova, entregue apenas a folha de respostas ao responsável.
6. Duração da prova: 5 (cinco) horas.

PROVA DE PORTUGUÊS

PREENCHA A GRADE

1. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas:

a) quiseram	—	essência	—	impecflío
b) pretencioso	—	aspectos	—	sossego
c) excessivo	—	expontâneo	—	obseção
d) assessores	—	exceção	—	incansável
e) obsecado	—	reivindicação	—	repercussão

2. Escolha a opção que completa corretamente os claros do período abaixo:

O hotel nos hospedamos impõe normas de conduta todos devem obedecer.

- a) que — que
- b) no qual — que
- c) que — a que
- d) em que — a que
- e) em que — que

3. Preencha as lacunas da frase abaixo, assinalando a alternativa correta:

Comunicamos V. Sa. que encaminhamos.....petição anexa..... Divisão de Fiscalização que está apta ...prestar.....informações solicitadas.

- a) a — a — à — a — as
- b) à — a — à — a — às
- c) a — a — a — à — as
- d) à — à — a — à — às
- e) à — a — à — à — as

4. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas das frases abaixo:

Estamos..... com o fisco.

Acontecem coisas.....estranhas naquela casa.

Havia..... motivos para insistirmos no pedido.

- a) quites — meio — bastante
- b) quites — meias — bastantes
- c) quite — meias — bastante
- d) quite — meio — bastante
- e) quites — meio — bastantes

5. Escolha a opção que completa corretamente a frase abaixo:

..... outros meios para que se..... os cálculos de modo mais simples.

- a) Devem haver — realize
- b) Devem haver — realizem
- c) Deve haverem — realizem
- d) Deve haver — realize
- e) Deve haver — realizem

6. Assinale a alternativa em que há concordância verbal correta:
- a) Mais de um professor cumprimentou-se no congresso.
 - b) Não haviam meios de convencê-lo.
 - c) Sempre acontece acidentes durante os feriados.
 - d) Durante e reunião, discutiu-se os novos rumos da empresa.
 - e) Os professores decidimos continuar em greve.
7. Assinale a alternativa em que há flexão verbal incorreta:
- a) Os professores abstiveram-se de votar.
 - b) Se você o ver, entregue-lhe o dinheiro.
 - c) As crianças entretêm-se no parque.
 - d) Quando vier a Porto Alegre, traga-me uma lembrança.
 - e) O funcionário precaveu-se contra os prejuízos do acidente.
8. Assinale a alternativa em que a pontuação do período é incorreta:
- a) Conheço, de fato, a origem do problema.
 - b) Meu amigo, qual a tua opinião?
 - c) Bete, ex-estrela do cinema, caiu no esquecimento.
 - d) Trabalhava muito; não tinha, contudo, bom relacionamento com o patrão.
 - e) Ele corria muito; o irmão, andava, apenas.
9. Assinale a alternativa que apresenta palavras antônimas:
- a) inédito — original
 - b) incauto — precavido
 - c) intrépido — resoluto
 - d) inexorável — rigoroso
 - e) incisivo — categórico
10. Assinale a alternativa que substitui, sem alteração de sentido, a expressão sublinhada no seguinte trecho:
- Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus. Tempo de *absoluta depuração*.
- a) inteira corrupção
 - b) relativa perversão
 - c) irrestrita purificação
 - d) ilimitada depravação
 - e) condicional apuração

11. Marque a alternativa cujas palavras preenchem corretamente as respectivas lacunas, na frase seguinte:

Necessitando..... o número do cartão do PIS,..... a data de meu nascimento.

- a) ratificar — proscreevi
- b) prescrever — discriminei
- c) descriminar — retifiquei
- d) proscreever — prescrevi
- e) retificar — ratifiquei

12. Assinale a frase correta quanto à pontuação:

- a) O parágrafo único do artigo 37, também trata de isenção do imposto em caso semelhante ao estudado.
- b) A mãe do soldado implorava piedade, confidenciou-me o tenente: o general porém, mandou executar a sentença.
- c) Eu para não ser indiscreto, retirei-me calmamente da sala, quando percebi que o assunto era confidencial.
- d) Embora o doente não corresse mais perigo, os médicos resolveram mantê-lo em observação durante doze horas.
- e) É alentador, o que os indicadores econômicos demonstram: uma retomada do desenvolvimento em São Paulo, o maior parque industrial brasileiro.

13. Escolha a alternativa abaixo onde estão associadas corretamente as colunas em que se encontram palavras sinônimas:

- 1 — coalizão — A — inoportuno
- 2 — intempestivo — B — parado
- 3 — proscrito — C — teimosia
- 4 — inerte — D — fusão
- 5 — pertinácia — E — prescrição
- F — exilado

- a) 1D — 2A — 3F — 4B — 5C
- b) 1E — 2D — 3F — 4A — 5C
- c) 1D — 2A — 3E — 4B — 5C
- d) 2E — 2A — 3E — 4B — 5C
- e) 1D — 2E — 3F — 4A — 5B

14. A primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo

abolir é:

- a) abolo
- b) abulo
- c) abolio
- d) não existe
- e) nenhuma das respostas anteriores está certa.

15. Indique a categoria gramatical da palavra 'que', na seguinte frase:
Mil anos que eu vivesse, não a esqueceria.

- a) pronome substantivo demonstrativo neutro
- b) pronome substantivo relativo
- c) conjunção concessiva
- d) conjunção integrante
- e) pronome adjetivo exclamativo

16. Assinale a frase correta quanto à pontuação:

- a) Incorreu nas sanções do artigo 155, parágrafo 4.º, inciso IV do Código Penal.
- b) Incorreu nas sanções do artigo 129 'caput' do Código Penal.
- c) Incorreu nas sanções do artigo 129 'caput', do Código Penal.
- d) Incorreu nas sanções do artigo 121, parágrafo 2.º, inciso IV, (de emboscada), do Código Penal.
- e) Incorreu nas sanções do artigo 121, parágrafo 2.º, inciso I (motivo torpe) do Código Penal.

17. Assinale a alternativa correta:

- a) Os objetos pertencem à vítima.
- b) O réu é confesso quanto a autoria.
- c) Devido as condições pessoais da vítima, houve maior violência.
- d) Ela deu causa a instauração de investigação contra João dos Anzóis.
- e) Requeiro que seja confiada à guarda e responsabilidade da menor à avó.

18. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas das frases propostas:

..... ele não fez o trabalho? Ele não o fez..... estava doente, segundo alegou. Contudo, o..... verdadeiro não ficou claro. Sabe-se que as dificuldades,..... ele passa, são grandes.

- a) Por que — porque — porquê — por que
- b) Porque — porque — porque — por que
- c) Por que — por que — porquê — porque
- d) Porque — porque — porque — porque
- e) Porque — por que — por que — porque

19. Assinale a função sintática correta em relação à palavra sublinhada na frase abaixo:

Quanto ao parecer, achei-o **excelente**.

- a) adjunto adnominal
 - b) adjunto adverbial de modo
 - c) predicativo do sujeito
 - d) predicativo do objeto
 - e) complemento nominal
20. Assinale a frase incorreta, quanto à colocação do pronome:
- a) Ele não foi nem deixou-se levar.
 - b) O homem tem-se descuidado da observância das leis.
 - c) Ela disse que, apesar de pensar diferente, respeitava-o.
 - d) O pai tudo lhe deu, mas o filho não se importou com nada.
 - e) Avisou-o de que se tratava de um assalto.

21. Assinale a alternativa em que não ocorre erro de acentuação:

- a) sòmente — cólica — ríspido — ávido
- b) governo — gaúcho — prótons — juizes
- c) apazigúe — pudico — hifens — ínterim
- d) através — uisque — nobel — ônus
- e) fnclito — argûlção — eloquência — atrás

22. Indique a função sintática das palavras sublinhadas na frase abaixo:

Os contratos **de locação** sofreram **reajuste**.

- a) adjunto adnominal — objeto direto
 - b) adjunto adverbial — predicativo
 - c) complemento nominal — objeto direto
 - d) adjunto adnominal — predicativo
 - e) objeto indireto — objeto direto
23. Preencha as lacunas da frase abaixo, assinalando a alternativa correta:
- Daqui..... duas horas, quando o automóvel estiver..... distância de 35 quilômetros de São Paulo, seus ocupantes irão..... casa de João Nuca, que não vêem..... muito tempo.

- a) há — há — a — a
- b) a — à — à — há
- c) a — há — à — a
- d) há — à — a — a
- e) a — há — à — há

24. Assinale a frase incorreta:
- a) Ele encontra-se despreparado para a função.
 - b) Não haverás de prejudicá-lo.
 - c) Tudo me foi favorável nas férias.
 - d) Nada cabia-lhe na partilha.
 - e) Sem os ver, sabia que estavam em casa.
25. Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao verbo sublinhado na frase abaixo:
- A realização da perícia **depende** de condições climáticas.
- a) transitivo direto
 - b) transitivo indireto
 - c) bitransitivo
 - d) intransitivo
 - e) verbo de ligação

PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

PREENCHA A GRADE

1. Assinale a alternativa correta:
- a) Não pode o Juiz decretar a separação judicial pedida consensualmente pelos cônjuges se não dispuserem estes sobre a partilha de bens.
 - b) A separação de corpos decretada judicialmente há mais de dois anos pode ser convertida em divórcio, por sentença da qual não constará referência à causa que a determinou.
 - c) Não havendo possibilidade de imputação de qualquer modalidade de culpa a um dos cônjuges pelo outro, a separação judicial só será viável consensualmente. A separação judicial litigiosa sempre se deve fundar na culpa de um dos cônjuges.
 - d) Para ser decretado o divórcio direto, fundado na separação de fato, devem os cônjuges provar que estavam separados há pelo menos cinco anos e que a separação se tenha iniciado antes de 28.6.77.
 - e) Nenhuma das alternativas está correta.
2. Assinale a alternativa correta:
- a) Para estipularem o regime de comunhão universal de bens, os cônjuges necessitarão formalizar um pacto antenupcial.
 - b) Não pode o tutor, por escritura pública, conceder a emancipação de seu tutelado, órfão de pai e mãe.

- c) O direito sucessório pátrio permite que uma sucessão seja legítima e testamentária, simultaneamente.
 - d) Se solteiros o pai e a mãe, sendo o registro de nascimento feito por declaração da genitora, pode constar no assento o nome do pai, mesmo sem expressa manifestação deste.
 - e) Feito um testamento onde A legou a B um bem determinado, pode A, quando o quiser, alienar dito bem, mesmo sem revogar expressa e formalmente o testamento que continuará valendo relativamente às demais disposições.
3. Assinale a alternativa correta:
- a) Absolvido o réu no juízo penal, seja qual for o fundamento da sentença, por delito culposo no trânsito, não poderá mais ser acionado pela vítima no cível para a reparação do dano.
 - b) Sempre que no juízo criminal haja condenação por ilícito penal, o dever de reparar o dano não mais pode ser objeto de questionamento no cível.
 - c) O pai responde subsidiariamente pela indenização por ato ilícito do filho emancipado, que com ele reside, na parte que superar a capacidade patrimonial e indenizatória do filho.
 - d) O menor impúbere não pode ser responsabilizado por ato ilícito, cabendo sempre a seus pais e responsáveis o dever de indenizar civilmente os danos daí decorrentes.
 - e) Como não há responsabilidade sem culpa, é impossível, no direito positivo brasileiro, responsabilizar o Estado por danos a terceiros causados por veículo oficial em acidente cuja culpa exclusivamente decorreu da embriaguez do motorista do Estado, desde que se prove a existência de bens livres e desembaraçados no patrimônio do funcionário culpado.
4. Assinale a alternativa correta:
- a) A posse 'ad usucapionem' transmite-se aos herdeiros do possuidor com a morte deste, independentemente de qualquer ato jurídico.
 - b) O tempo de posse exigido para o usucapião não necessita estar integralizado quando da propositura da ação, podendo se computar o lapso decorrido entre a propositura e as citações dos interessados.
 - c) Para o usucapião extraordinário são imprescindíveis os requisitos do justo título e da boa-fé.
 - d) Um dos requisitos indispensáveis a qualquer pretensão de aquisição de domínio pelo usucapião é o usufruto do bem objeto da pretensão.
 - e) A posse para efeito de usucapião exige a presença física do possuidor junto à coisa pelo menos por algum tempo considerado razoável. A detenção da coisa por um terceiro, mesmo em nome do interessado, impede este de requerer o domínio por lhe faltar o requisito da detenção direta.

5. Assinale a alternativa correta:

- a) Os menores impúberes podem exercer pessoalmente os atos da vida civil desde que assistidos por seus pais ou responsáveis.
- b) Fiel ao princípio legal de que a personalidade civil da pessoa natural começa no nascimento com vida, o legislador brasileiro não contempla a hipótese do reconhecimento do filho antes do seu nascimento.
- c) Fundação é uma sociedade de pessoas, detentora de bens livres, com fins devidamente especificados pelo instituidor, e sujeita à fiscalização do Ministério Público.
- d) Depois de instituída uma fundação, não mais pode o instituidor revogar o ato de instituição para fazer com que retorne ao seu patrimônio pessoal os bens que a constituíram.
- e) Nenhuma alternativa é correta.

6. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O pressuposto básico do recurso adesivo é a sucumbência parcial e recíproca.
- b) O recurso adesivo é admitido na apelação, nos embargos infringentes e no recurso extraordinário.
- c) O recurso adesivo está subordinado ao recurso principal, não subsistindo aquele, em caso de não-conhecimento deste.
- d) Nos embargos de divergência, o recurso adesivo está condicionado à existência de divergência recíproca.
- e) Os pressupostos subjetivos e objetivos do recurso adesivo coincidem com os requisitos comuns a todos os recursos.

7. Assinale a alternativa correta

Relativamente à assistência simples, art. 50 do Código de Processo Civil, é correto afirmar-se:

- a) Vencido o assistido na causa, o assistente não responde pelas custas do processo.
- b) O assistente, uma vez admitido no processo, pode desistir da intervenção sem o consentimento das partes.
- c) O assistente pode reconhecer o pedido, ainda que contrário à vontade do assistido.
- d) O assistente pode suscitar a exceção de incompetência do foro.
- e) O assistente não pode requerer provas.

8. Assinale a alternativa correta

- a) Na execução fiscal, não se aplica o disposto no artigo 188 do Código de Processo Civil, relativamente ao prazo para a Fazenda Pública embargar.
- b) O artigo 188 do Código de Processo Civil, aplica-se ao Ministério Público somente quando funciona como fiscal da lei, mas nunca quando é parte.
- c) A intervenção do Ministério Público depende sempre de determinação judicial, no processo cível.
- d) O Ministério Público não tem legitimidade para mover ação de investigação de paternidade.
- e) Mesmo que o incapaz esteja regularmente representado, o Ministério Público funciona como parte.

9. Assinale a alternativa correta

- a) Na execução, a exceção de incompetência do juízo será oferecida no prazo de 15 dias contados da citação do devedor.
- b) O oferecimento unicamente da exceção de incompetência não suspende o prazo para posterior apresentação de embargos à execução.
- c) No processo de execução, a exceção de incompetência do juízo deve ser suscitada na petição dos embargos do devedor.
- d) Sendo a execução promovida pela Fazenda Pública, não pode o devedor apresentar exceção.
- e) Quando a execução é por carta, não pode o devedor apresentar exceção.

10. Assinale a alternativa incorreta

- a) Da decisão que considera deserto o recurso, cabe agravo de instrumento.
- b) O juízo de admissibilidade do agravo de instrumento é da segunda instância.
- c) A decisão que releva a pena de deserção é irrecorrível.
- d) Após o recebimento da apelação, não pode mais a parte recorrente fazer uso do recurso de agravo de instrumento, ainda que retido.
- e) Ao agravante cabe a opção do agravo retido ou da subida imediata do recurso.

11. Assinale a alternativa correta

Os direitos individuais expressos na Constituição:

- a) Alguns dentre eles dependem de regulamentação legal para gozarem de aplicabilidade.
- b) Todos dependem de regulamentação legal para gozarem de aplicabilidade.
- c) São absolutos, no sentido de só admitirem limitações no caso de exercício simultâneo de direito igual de outrem.
- d) São os únicos direitos admitidos pela Constituição como capazes de opor limites à ação do Estado em relação às pessoas.
- e) Podem ter seu exercício restringido ou condicionado pela lei, quando a Constituição o permitir.

12. Assinale a alternativa correta

- a) O salário dos trabalhadores pode ser reduzido por disposição de convenção ou acordo coletivo.
- b) O direito de greve, como consagrado na Constituição, é um dos direitos coletivos fundamentais.
- c) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.
- d) Direitos sociais em sentido estrito e direitos individuais podem validamente ser postulados em juízo com os mesmos remédios constitucionais.
- e) Mais de uma alternativa está correta.

13. Assinale a alternativa correta

- a) A Constituição estabelece uma hierarquia de validade jurídica entre leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.
- b) A lei que tiver a forma de lei complementar, independentemente da matéria sobre a qual versar, só poder ser revogada por outra lei complementar.
- c) As medidas provisórias só podem ser editadas em matéria de defesa do Estado, de direito financeiro e tributário, e de criação e extinção de cargos públicos.
- d) Emendas constitucionais, em virtude dos limites apostos ao poder constituinte instituído na Constituição, poderão ser inconstitucionais.
- e) Os decretos legislativos e as resoluções são suscetíveis de serem vetados pelo Presidente da República.

14. Assinale a alternativa correta

- a) A competência do Supremo Tribunal Federal pela via do recurso extraordinário visa exclusivamente a assegurar a supremacia da Constituição.
- b) O julgamento dos Governadores dos Estados, nos crimes comuns, é da competência do Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
- c) A competência para processar e julgar mandados de injunção é da alçada exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
- d) A representação da União, judicial e extrajudicialmente, caberá, pelo determinado na Constituição de 1988, à Consultoria-Geral da União.
- e) Compete à Justiça Federal julgar os dissídios entre a Administração Federal Direta e os seus empregados.

15. Assinale a alternativa correta:

- a) O exercício do controle dito incidental da constitucionalidade encontra-se, em nosso direito, concentrado no Supremo Tribunal Federal.
- b) A eficácia da decisão que, na forma de controle dita principal da constitucionalidade, declara inconstitucional uma lei é entre as partes envolvidas no processo.
- c) A competência do Senado Federal para suspender a execução de lei declarada inconstitucional refere-se apenas ao controle da constitucionalidade no caso concreto.
- d) O Presidente da República não tem, em nenhuma hipótese, poder para suspender a execução de ato declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) O sistema brasileiro desconhece instrumentos políticos de controle da constitucionalidade.

16. Assinale a alternativa correta:

No caso de cometimento de crime de abuso de autoridade cometido por um policial militar, um policial civil e um menor, com 17 anos, em concurso de agentes possíveis, a jurisdição competente é:

- a) A da Justiça Militar do Estado, para os policiais, e a do Juízo de Menores, para o menor.
- b) A da Justiça Estadual Comum, para os policiais, e a do Juízo de Menores, para o menor.
- c) A da Justiça Estadual Comum, para todos.
- d) A da Justiça Militar Estadual, para todos.
- e) A da Justiça Militar Estadual, para o policial militar; a da Justiça Estadual Comum, para o policial civil; e a do Juízo de Menores, para o menor.

17. Assinale a alternativa incorreta:

O assistente (artigo 268 do Código de Processo Penal) do Ministério Público:

- a) Pode se habilitar logo depois de a sentença absolutória ter sido proferida.
- b) Pode recorrer, segundo alguns julgados, para agravar a pena do réu condenado.
- c) Pode ser admitido em processo por alguns crimes contra a Administração Pública, conforme alguns julgados, em certos tipos penais, como, por exemplo, o de violência arbitrária.
- d) Pode aditar a denúncia.
- e) Pode aditar o libelo.

18. Assinale a alternativa correta:

Do despacho que revoga a prisão preventiva:

- a) Não cabe recurso algum.
- b) Cabe apelação, por força do artigo 593, II, do Código de Processo Penal.
- c) Cabe recurso em sentido estrito, por aplicação analógica.
- d) Cabe somente 'habeas corpus'.
- e) Cabe recurso em sentido estrito, por força de dispositivo legal.

19. Assinale a alternativa incorreta:

No tocante aos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, processados segundo os artigos 513 a 518 do Código de Processo Penal.

- a) Estes se referem a crimes comuns praticados por funcionários públicos no exercício da função.
- b) Alguns destes crimes são inafiançáveis, em face de a pena ser de reclusão.
- c) Estes crimes são só os previstos nos artigos 312 a 326 do Código Penal.
- d) Outros delitos funcionais existem, além dos constantes do Código de Processo Penal, praticados por funcionários públicos, a aos quais não se aplicam as normas de procedimento do Código de Processo Penal.
- e) O rito estabelecido para a apuração do crime funcional é o comum ou ordinário, seja ele apenado com detenção ou reclusão, com a diferença de que, antes de ser recebida a denúncia, o juiz deve mandar notificar o acusado a apresentar defesa preliminar.

20. Assinale a alternativa correta:

Os crimes contra a honra:

- a) São todos de ação privada.
 - b) Podem ser de ação pública condicionada.
 - c) Exigem, no rito previsto, sempre, a realização de audiência de conciliação.
 - d) Seguem o rito ordinário ou sumário, conforme sejam apenados com reclusão ou com detenção.
 - e) Permitem o arrolamento máximo, por cada parte, de cinco testemunhas, pois são apenados com detenção.
21. Durante a realização de um assalto, a vítima reagiu e foi morta pelo assaltante, com dois tiros de revólver. Quando o agente tentava arrancar da vítima vultosa soma em dinheiro, que esta carregava em uma bolsa, aproximaram-se policiais em ronda pelo local, e o meliante fugiu sem nada subtrair. De acordo com o entendimento jurisprudencial dominante, à(s) infração(ões) praticada(s) foi(foram):
- a) Tentativa de latrocínio.
 - b) Homicídio qualificado pela circunstância de ter sido praticado para garantir a execução de outro crime e tentativa de furto.
 - c) Latrocínio consumado.
 - d) Homicídio qualificado por ter sido praticado por motivo torpe e roubo, na forma de tentativa.
 - e) Homicídio qualificado por motivo torpe e tentativa de furto.
22. A esposa recusa-se a manter conjunção carnal com o marido, alegando cansaço físico e indisposição para o ato. Este, todavia, usa de violência, constringendo-a à prática sexual. Em consequência da mencionada violência, resulta a vítima com equimoses disseminadas pelo corpo. Houve:
- a) Atentado violento ao pudor.
 - b) Estupro e lesões corporais.
 - c) Estupro.
 - d) Lesões corporais e, quanto às relações sexuais, exercício regular de direito.
 - e) Exercício regular de direito.

23. Romeu e Iago disputam a posse do último salva-vidas, durante o naufrágio de barco, provocado dolosamente pelo primeiro, Iago leva a melhor, matando Romeu. Sua ação caracteriza:
- a) Legítima defesa.
 - b) Estado de necessidade, na modalidade de fato necessitativo defensivo.
 - c) Estado de necessidade, na modalidade de fato necessitativo agressivo.
 - d) Inexigibilidade de outra conduta.
 - e) Excesso na prática de conduta penalmente justificada.
24. A liberação do preço de determinado produto não exclui o crime praticado na vigência de anterior tabela, porque:
- a) A alteração da norma complementar nunca retroage.
 - b) Não se admite a combinação de leis para favorecer o agente.
 - c) Essa variação da norma complementar não modifica o objeto abstrato da proteção penal.
 - d) Embora não se trate de lei excepcional ou temporária, aplica-se analogicamente o disposto no artigo 3.º do Código Penal.
 - e) Não é verdadeira a afirmativa de que 'a liberação do preço de determinado produto não exclui o crime praticado na vigência da anterior tabela'.
25. Assinale a alternativa incorreta:
- a) Admite-se participação no crime culposos.
 - b) O crime culposos não admite tentativa.
 - c) Não há tentativa de contravenção penal.
 - d) Quando a gestante consente que o médico lhe provoque o aborto, embora ambos cometam crime, não tem aplicação o art. 29 do Código Penal.
 - e) O crime preterdoloso inadmitte tentativa.

GABARITO DA PROVA PREAMBULAR

A) PROVA DE PORTUGUÊS B) PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

- | | |
|-------|-------|
| 1) D | 1) E |
| 2) D | 2) D |
| 3) A | 3) B |
| 4) E | 4) A |
| 5) E | 5) D |
| 6) E | 6) D |
| 7) B | 7) B |
| 8) E | 8) D |
| 9) B | 9) B |
| 10) C | 10) D |
| 11) E | 11) E |
| 12) D | 12) A |
| 13) A | 13) D |
| 14) D | 14) A |
| 15) C | 15) C |
| 16) E | 16) B |
| 17) A | 17) D |
| 18) A | 18) E |
| 19) D | 19) B |
| 20) A | 20) B |
| 21) C | 21) C |
| 22) A | 22) C |
| 23) B | 23) A |
| 24) D | 24) C |
| 25) B | 25) A |

IMPORTANTE: De 11 a 15 de junho:

- a) Prazo para complementação de documentos pelos candidatos **aprovados e dispensados** da Prova Preambular;
- b) Prazo para recurso da Prova Preambular.